

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004231-31.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Rafael Matheus de Oliveira**  
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantém contrato de prestação de serviços com a ré para utilização de linha telefônica, internet e TV a cabo.

Alegou que em data que especificou entrou em contato com a ré para suspensão dos serviços de TV.

Ressalvou que foi ajustado entre as partes a suspensão dos serviços de TV, bem como a suspensão do valor corresponde pelo prazo de dois meses, mas de fato isso não ocorreu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Requer assim condenação da ré na obrigação de fazer consistente em suspender os serviços de TV e seus respectivos descontos, pelo período de dois meses, e ao recebimento de indenização por danos morais, tendo em vista a inadimplência da ré no acordo firmado.

Assim posta a questão, reputo que a ação é improcedente.

Mesmo que se admita que ré tenha acenado com a possibilidade da suspensão dos serviços pelo período de dois meses, isso necessariamente não a vincula a fazê-lo, porquanto inexistente qualquer comprovação de que exista base contratual para tanto.

A exigência do autor só poderia ter vez se houvesse a demonstração de que a suspensão proclamada tivesse previsão contratual.

Por outro lado, a possibilidade do cancelamento definitivo dos serviços existe a qualquer tempo, não havendo comprovação segura que a ré se negou a tanto.

A conclusão que daí deriva é a de que o autor não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar o fato constitutivo de seu direito.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor da ré, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição da autora, até mesmo quanto ao montante que buscou sem receber, sem qualquer lastro probatório.

Consequentemente, no que tange ao pedido de indenização por danos morais, é de salientar que os danos suportados pelo autor não configuram hipótese de dano moral, pois a situação não ultrapassa o limite do mero aborrecimento e transtorno não relevante juridicamente e logo não indenizável, tratando-se, em verdade, de reflexos puramente patrimoniais decorrentes do risco natural do negócio.

É relevante observar que o autor não produziu provas consistentes de que tivesse sofrido abalo de vulto a partir da conduta imputada à ré.

Isto posto, **IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**